

# ANÁLISE DIALÓGICA DE DUAS REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM/2017

ANÁLISIS DIALÓGICO DE DOS REDACCIONES NOTA MIL DEL ENEM 2017

DIALOGICAL ANALYSIS OF TWO ESSAYS GRADE ONE THOUSAND OF ENEM BY 2017

**Fábio Augusto Teixeira Rodrigues\***

Universidade do Estado do Pará

**José Anchieta de Oliveira Bentes\*\***

Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro

**Huber Kline Guedes Lobato\*\*\***

Universidade do Estado do Pará

**RESUMO:** Este artigo discute os posicionamentos ideológicos acerca das pessoas surdas expressos nas redações de nota 1000 do ENEM, de 2017. O objetivo consiste em analisar os posicionamentos ideológicos acerca das pessoas surdas nessas redações. O *corpus* são duas redações nota mil: de Beatriz Servilha e de Yasmin Rocha. O referencial teórico-metodológico foi alicerçado na perspectiva dialógica. Os resultados indicam o aparecimento de tensões em ambos os textos: seja pela oscilação terminológica ao se referir às pessoas surdas, seja pela alternância de perspectivas de compreensão da surdez. Com relação à aproximação com o tema, Beatriz se posiciona por uma perspectiva da surdez como diferença; enquanto Yasmin, por desconhecer a temática, se aproxima mais de uma representação da pessoa surda aliada ao discurso da medicina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Heterodiscurso. Posicionamento Ideológico. Surdez.

**RESUMEN:** Este artículo discute las posiciones ideológicas sobre las personas sordas expresadas en las redacciones de nota 1000 del ENEM de 2017. El objetivo es analizar las posiciones ideológicas sobre las personas sordas en esas redacciones. El Corpus se trata de dos redacciones con nota mil: de Beatriz Servilha y de Yasmin Rocha. El marco teórico-metodológico se vincula a la perspectiva dialógica. Los resultados muestran tensiones en ambos textos: bien por la oscilación terminológica al referirse a las personas sordas, bien por la alternancia de perspectivas de comprensión de la sordera. En cuanto al abordaje del tema, Beatriz defiende una

---

\* Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) – Universidade do Estado do Pará (UEPA). Especialista em docência no ensino de Libras – Escola Superior da Amazônia (Esamaz); graduado em letras, licenciatura plena em Libras – Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: [fabiolibras16@gmail.com](mailto:fabiolibras16@gmail.com) .

\*\* Pós-doutor em Educação na Pontifícia Universidade Católica/RJ (2013); doutorado em Educação Especial (UFSCAR/2010); mestrado em Letras – Linguística (UFPA/1998). E-mail: [anchieta2005@yahoo.com.br](mailto:anchieta2005@yahoo.com.br) .

\*\*\* Doutor e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) – Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: [huberkline@ufpa.br](mailto:huberkline@ufpa.br) .

perspectiva de la sordera como diferencia. Mientras que Yasmin, por no conocer el tema, se acerca más a una representación de la persona sorda aliada al discurso de la medicina.

**PALABRAS CLAVE:** Heterodiscurso. Dichos ideológicos. Sordera.

**ABSTRACT:** This research discusses the ideological sayings about deaf people expressed in the 2017 ENEM grade one thousand essays. The objective is to analyze the ideological sayings about deaf people in the newsrooms of the ENEM. Two note mil essays are analyzed: by Beatriz Servilha and by Yasmin Rocha. The theoretical-methodological framework is from the dialogic perspective. The results show tensions in both texts: either by the terminological oscillation when referring to deaf people, or by the alternation of perspectives of understanding deafness. Regarding the approach to the theme: Beatriz, as it is a theme present in her life, stands for a perspective of deafness as a difference. While Yasmin, for not knowing the subject, is closer to a representation of the deaf person allied to the discourse of medicine.

**KEYWORDS:** Heterospeech. Ideological Sayings. Deafness.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A educação de pessoas surdas é uma das temáticas que compõem o cenário educacional brasileiro, com destaque para as lutas deste segmento ao longo dos anos, que culminaram em conquistas no campo legal: a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, intitulada a lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras); e o decreto de nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a referida legislação. Essa lei e esse decreto pautaram a atuação educacional para com este segmento, que tem na luta por sua língua uma das suas principais questões. A partir dessas lutas, o Brasil passou a ter esses dispositivos legais, mas ainda encontramos com recorrência relatos de pessoas surdas sem acessibilidade em Libras nas escolas, sendo privadas do convívio social neste espaço e, até mesmo, em algumas situações na família; bem como pessoas surdas com formação de nível superior marginalizadas no mercado de trabalho em função da surdez.

Sendo sua relevância a educação do país, essa problemática foi escolhida, em 2017, como tema da proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com isso, faz-se necessário uma investigação para compreender como os candidatos – especificamente aqueles cujas redações alcançaram nota máxima, por serem consideradas modelos de “excelência” – refrataram as pessoas surdas, considerando as representações historicamente construídas, embasadas em uma ideia de “incapacidade” e de “ausência” como majoritárias na sociedade. Diante disto, surge o seguinte questionamento: quais foram os posicionamentos ideológicos acerca das pessoas surdas expressos nas redações nota 1000 do ENEM, de 2017?

Este artigo tem por objetivo analisar os posicionamentos ideológicos acerca das pessoas surdas nas redações nota mil do ENEM, 2017, o qual teve como tema “Desafios para a promoção educacional de surdos no Brasil”. Os objetivos específicos são: a) identificar os posicionamentos ideológicos sobre a pessoa surda materializados nas marcas linguístico-discursivas nos textos e b) caracterizar o discurso de outrem, o qual compõe a argumentação em prol da formação educacional de surdos, redigida pelos estudantes.

Com base nos conceitos de autoria e heterodiscurso, ambos da obra do Círculo de Bakhtin, alçamos uma espécie de lupa nos textos de duas candidatas: Beatriz Servilha e Yasmin Rocha, para buscarmos compreender como elas valoraram as pessoas surdas nos textos. Novamente, destacamos que são os textos nota mil, portanto, textos presentes na cartilha do participante, para além disto, textos com muita circulação nas esferas escolares.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO

A primeira edição do ENEM foi realizada no ano de 1998, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso – quando registrou 157.221 inscrições e 115.575 participantes; sendo a data de realização da prova o dia 20 de agosto. Nesse momento, apenas duas instituições de ensino superior reconheciam o exame como parte de seus processos seletivos, apesar de a prova ter sido aplicada em 184 municípios, conforme aponta o histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), em seu site.

Após 14 anos da primeira realização, com o objetivo de tornar a correção da prova de redação mais transparente, o então ministro da educação, Aluizio Mercadante, e o INEP, no governo da presidente Dilma Rousseff publicaram, em 30 de julho de 2012, o “a redação no ENEM 2012, Guia do participante”. Embora hoje seja intitulado como cartilha do participante, o objetivo do guia se mantém: direcionar aos candidatos os parâmetros utilizados pelos avaliadores no momento da correção.

Segundo matéria divulgada pelo site G1, em 30 de julho de 2012, mesma data de publicação do guia, um dos aspectos, os quais motivaram o lançamento de tal documento, foi o fato de que em 2011, mais de 120 estudantes tinham recorrido à justiça para solicitarem a revisão da nota. Ainda na mesma matéria, consta uma declaração do então ministro da educação sobre a importância das competências, presentes no guia, colocadas para dar mais objetividade em um processo subjetivo de avaliação textual.

Sobre a estruturação da redação do ENEM 2012, o guia do participante foi elaborado pela equipe da Diretoria de Avaliação da Educação Básica (DAEB), do INEP e está distribuído da seguinte forma: consta, em um primeiro tópico, uma declaração do então presidente do INEP, Luiz Cláudio Costa; em um segundo, há o detalhamento dos parâmetros avaliativos a serem utilizados pelo avaliador ou avaliadora, nomeado no guia como “competências”. No terceiro tópico, aparece a análise da proposta de redação do ano anterior, 2011, com o tema “viver em rede no século XXI – os limites entre o público e o privado”; por fim, a análise das redações nota máxima na última edição do exame, um total de 6 redações, seguidas dos comentários dos avaliadores justificando a atribuição da nota máxima. Ao comparar com a cartilha dos anos seguintes, essa estrutura, com as competências sendo detalhadas e algumas redações nota mil, seguidas do comentário do avaliador, se manteve.

A respeito dos temas de redação da prova do ENEM, chama atenção a progressão de 2015 a 2017, porque foram os anos com temáticas relacionadas aos segmentos historicamente oprimidos: mulheres, determinadas religiões – com destaque para as de matrizes africanas – e as comunidades surdas do país; o que demonstra a atenção do MEC para com essas discussões e a relevância destas no nosso meio social. A seguir, as propostas de forma sequencial: (a) “a persistência da violência contra a mulher no Brasil”, de 2015; (b) “caminhos para combater a intolerância religiosa no Brasil”, de 2016 e (c) “desafios para formação educacional dos surdos no Brasil”, de 2017.

Falando especificamente do tema de 2017, os textos motivadores trouxeram os seguintes textos: I) o capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de nº 13.146, de 6 de julho de 2015; sobre o direito à educação, com os artigos 27 e 28; II) um gráfico, do INEP, mostrando os números das matrículas de surdos na educação básica; III) um texto, de caráter verbo-visual, com a imagem de uma pessoa surda com o seguinte enunciado: “sou surdo e pós-graduado em *marketing*. E na sua empresa tem espaço para mim?” Além disto, há um enunciado posterior, “trabalho não tolera preconceito. Valorize as diferenças”; e IV) dois fragmentos de texto falando resumidamente da implantação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e da lei de nº 10.436.

Como é de praxe, a cartilha do participante disponibiliza, no ano subsequente, as redações nota mil na parte final do documento com os comentários dos avaliadores. Assim, no ano de 2018, a cartilha trouxe as redações que versavam sobre a temática dos desafios para a formação educacional dos surdos no Brasil. No total, foram 53 redações com nota máxima, porém, a cartilha trouxe apenas 9 sem justificar o porquê dessas escolhas.

O critério utilizado para eleger a temática do ano de 2017, em nossa análise, deu-se pelo fato de se tratar de um assunto ainda pouco discutido em âmbito não acadêmico, o que compromete a visibilidade das reivindicações das comunidades surdas do Brasil. Assim, destacamos a discussão de uma questão presente na educação: falar de educação de surdos é falar de educação básica e superior, uma vez que a pessoa surda está presente nas escolas, assim como nas universidades.

Destacamos que a causa surda possui um histórico de exclusão marcado por um evento denominado “Congresso de Milão”, realizado em 1880. Nesse evento, ouvintes deliberaram pelo uso da língua oral na educação de pessoas surdas em detrimento da Língua de Sinais. Isso reverberou de forma incisiva nas comunidades surdas, em especial, do Brasil, quando muitas pessoas surdas foram submetidas à oralização compulsória e impedidas de se comunicar por meio da Língua de Sinais. Este acontecimento,

conforme defendem os teóricos desse campo no Brasil, foi determinante para a disseminação de uma concepção deturpada das pessoas surdas, vistas como inferiores e marginalizadas em razão de uma particularidade linguística.

Por isso, destacamos a necessidade de compreendermos os posicionamentos assumidos pelos estudantes, nas redações, por considerar que os discursos sobre as pessoas surdas na sociedade estejam vinculados em um viés, principalmente, patológicos. Por esta razão, justificamos a relevância desta pesquisa em duas razões: político-educacional e pessoal.

A primeira justificativa é que a Constituição Federal de 1988 assegura a igualdade de condições e o direito à educação, assim como a lei 10.436, o decreto 5.626 e a LBI. É urgente a necessidade de se falar sobre a inclusão das pessoas surdas, visto que a educação de surdos é uma realidade nas escolas e esteve em uma prova do ENEM, de alcance nacional. A segunda justificativa está ligada à aproximação dos pesquisadores com a temática, pois atuamos na área e direcionamos nossas pesquisas na interface com o segmento em discussão.

## 2.1 DELIMITAÇÃO DO CORPUS

Nesse estudo, utilizaremos apenas duas redações para fins de análise e justificamos as escolhas pelas redações de Beatriz Servilha e Yasmin Rocha, pois ambas prestaram o ENEM para o curso de medicina, no entanto, a primeira é de escola pública e a segunda, de escola privada. Além disso, também destacamos a aproximação da primeira com a Libras, como aponta matéria publicada no site G1: “Beatriz já estudava a língua das pessoas surdas antes da prova, há dois anos”. Já a segunda não tinha contato com a Libras.

Como podemos observar, ambas são de classes sociais distintas e a relação com a temática da redação também aponta para uma discrepância: as duas candidatas partem de contextos sociais díspares, o que pressupõe uma tensão no cotejo dos argumentos utilizados nas redações. Embora as duas tenham se candidatado à medicina – um curso que, normalmente, é muito concorrido – foram selecionados os textos das duas candidatas, com vistas ao contraste materializado nas redações. Além disso, é interessante observarmos outra questão, a aproximação com a temática e como isto pode interferir nos posicionamentos assumidos.

Com relação à forma de análise, utilizamos a Análise Dialógica do Discurso (ADD), esboçada por Beth Brait, com inspiração nos achados do círculo de Bakhtin. No que tange a este procedimento analítico, trata-se de “[...] uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos necessariamente apoiadas nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados” (BRAIT, 2016, p. 10). Como argumenta a pesquisadora, a ADD compreende a materialidade não apenas do ponto de vista verbal, mas também extraverbal.

Já relacionando com o *corpus* deste trabalho, a análise será especificamente em dois parágrafos: o de introdução e um de argumentação, com destaque para a terminologia utilizada para se referir às pessoas surdas e aos argumentos utilizados, em conformidade com o que foi proposto nos objetivos específicos: os posicionamentos ideológicos materializados nas marcas da língua sobre a pessoa surda e o discurso de outrem, usado em prol da argumentação.

## 2.2 O HETERODISCURSO: A CONCEPÇÃO BAKHTINIANA

Mikhail Bakhtin desenvolve o conceito no livro *Teoria do Romance I: a estilística*, publicado de forma parcial na Rússia, em 1975, e traduzido do russo para o nosso contexto em 2015, por Paulo Bezerra. Essa obra apresenta as formas de organização do heterodiscurso na prosa romanesca, especificamente no romance humorístico, o qual expõe como determinadas possibilidades estilísticas produzem elaborações literárias específicas nessa construção.

Para Bakhtin, quando se trata do romance paródico-humorístico, o destaque é para o uso da “língua comum”. Assim:

[...] via de regra a linguagem falada e escrita de um determinado círculo – é tomado pelo autor exatamente como opinião comum, como um enfoque verbalizado dos homens e das coisas – normal para dado círculo da sociedade –, como ponto de vista e avaliação correntes. (BAKHTIN, 2015, p. 80)

Essa “língua comum” é concebida do ponto de vista discursivo, ou seja, dos enunciados utilizados por determinados sujeitos no interior de um grupo – são posicionamentos manifestados –, os quais constituem as formas peculiares usadas pela coletividade. Como o próprio Bakhtin nomeia, “opinião comum”, são posicionamentos axiológicos presentes no horizonte socioideológico de indivíduos organizados a partir de discursos específicos. O uso cotidiano produz a estabilização de enunciados por um grupo.

Dessa forma, Bakhtin faz um movimento de aproximação e de afastamento contínuo da palavra até sua materialização, isto é, os posicionamentos ideológicos são concretizados na linguagem e refratados no enunciado estabilizado por uma dada coletividade. Sobre os elementos da língua, Bakhtin destaca a diversidade de repertórios a serem utilizados, pois é possível desde o uso intenso de certos termos até a conservação de uma dada forma para propiciar a constituição da bivocalidade.

Bakhtin (2015) analisa as marcas estilísticas do discurso do outro no romance *A pequena Dorrit*, de Dickens, apontando para a presença de um discurso do outro em “forma dissimulada”, que consiste na incorporação do enunciado de outrem na “linguagem estranha do autor”, quando há uma construção de caráter bivocal, dado que o outro diz a partir do horizonte discursivo do autor.

Outro aspecto a ser destacado é a “construção híbrida”, conceituada como: “[...] um enunciado que, por seus traços gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um falante, mas no qual estão de fato mesclados dois enunciados, duas maneiras discursivas, dois estilos, duas “linguagens”, dois universos semânticos e axiológicos” (BAKHTIN, 2015, p. 84).

Segundo a concepção bakhtiniana o hibridismo está na construção dialógica de uma palavra envolvida pela palavra do outro, a marca linguística está atravessada por dois projetos enunciativos, os quais reverberam duas ideologias, portanto, dois heterodiscursos. Essa heterodiscursividade é um aspecto imprescindível ao estilo romanesco, como o próprio Bakhtin afirma, chamando atenção para o jogo com as formas da língua – plano da linguagem – que demarcam o posicionamento ideológico do autor de forma implícita. Há a refração por meio dos signos utilizados. Estes são elementos da língua selecionados para compor um horizonte socioideológico de um autor, no entanto, são diluídos no romance. Os horizontes linguísticos estabelecidos compõem o projeto maior, a refração do autor sobre a temática abordada.

Para Bakhtin (2015), o “falar não direto” significa o falar pela linguagem usando uma forma linguística de outrem, ocorrendo a refração dos discursos do autor, neste caso, temos a palavra atravessada por dois pontos de vista, o já dito e a estranheza inserida a partir do sujeito que a enuncia em um determinado campo da atividade humana.

Concernente a isso:

Percebemos nitidamente cada elemento da narração em dois planos: no plano do narrador, em seu horizonte expressivo semântico-objetal, e no plano do autor, que fala de modo refratado com essa narração e através dessa narração. A esse horizonte do autor com tudo o que é narrado também se integra o próprio narrador com a sua palavra. (BAKHTIN, 2015, p. 99)

Em uma trama dialógica, o autor e o narrador têm horizontes linguísticos delimitados no romance, entretanto, as valorações veiculadas na fala do narrador são partes de um ponto de vista global, que é do autor. Essa interação discursiva produz a heterodiscursividade. A figura do narrador é um elemento situado no projeto enunciativo do autor ao construir o todo, o romance. No dizer de Bakhtin, “a palavra bilateral é sempre interiormente dialogada” (BAKHTIN, 2015, p. 113), afetada por discursos, os quais são produzidos socialmente e historicamente, bem como manifestados em determinados gêneros – que são enunciados típicos de um dado campo da linguagem humana. Por isso, a palavra possui ecos, por sua dimensão bivocal; estando à mercê do plano intencional do autor.

Acerca da autêntica bivocalidade:

Ao gerar de si mesmo os diálogos prosaicos do romance, a autêntica bivocalidade não se esgota neles e permanece no discurso, na linguagem como fonte inesgotável de dialogicidade, pois a dialogicidade interior do

discurso é um acompanhante indispensável da estratificação da linguagem, consequência de seu superpovoamento por intenções heterodiscursivas. (BAKHTIN, 2015, p. 120)

Nesse sentido, o prosador romancista tem sua obra inteiramente dialogada em um universo heterodiscursivo, sendo a palavra social situada em um trânsito de sentidos. São essas diferentes estratificações linguísticas, que originam diferentes heterodiscursos, como afirma o pensador russo, “[...] não existe linguagem fora das intenções heterodiscursivas que o estratificam” (BAKHTIN, 2015, p. 121). Com o processo criador, a palavra é reacentuada: o já dito é reelaborado por um novo dizer, a partir do plano da língua. Assim, com uma ideologia específica, provocando a conectividade dialógica na palavra, a heterodiscursividade aparece na palavra já utilizada com um acento de valor intencional de um sujeito outro, que refrata sua concepção nos discursos da personagem e do narrador, constituindo a tensão de vozes no signo.

### 3 ANÁLISES DAS REDAÇÕES: HETERODISCURSOS

A parte analítica deste artigo subdivide-se em dois tópicos. Nesses tópicos elucidamos as redações de Beatriz Albino Servilha e de Yasmin Lima Rocha. Ambos os tópicos são intersticiados por concepções teóricas sobre a educação de surdos e o universo das Línguas de Sinais.

#### 3.1 BEATRIZ ALBINO SERVILHA

Beatriz Albino Servilha é do Rio de Janeiro. A mãe é telefonista e o pai é pedreiro. Ela é oriunda de escola pública, fez o ENEM para pleitear uma vaga no curso de medicina, e conseguiu. Ainda sobre ela, um detalhe: o tema para a candidata era familiar, pois tinha uma amiga surda. Em virtude disso, estava há dois anos frequentando um curso de Libras, com o objetivo de aprender a língua para se comunicar com sua amiga. Também é válido destacar o seu efetivo contato com pessoas surdas: “Não achei tão difícil, porque tenho contato direto com a comunidade surda, que me impulsionou a continuar” – este trecho foi falado pela candidata em uma entrevista, concedida ao portal de notícias G1 (MADEIRO, 2018). Como podemos observar, a educação de surdos é um aspecto presente na vida de Beatriz.

No que diz respeito ao texto redigido por ela, intitulado “educação inclusiva”, está distribuído em quatro parágrafos: o primeiro de introdução, com a exposição da tese: as dificuldades para uma efetiva formação educacional da comunidade surda apontam para um país desestruturado e uma sociedade que desconhece sua composição bilíngue, conforme a competência 1, da cartilha do participante; o segundo e o terceiro parágrafos estão direcionados para a argumentação em prol da tese apresentada; e por fim, um parágrafo conclusivo com uma proposta de intervenção acerca da temática, como prescreve a cartilha do participante, na competência 5.

A seguir, o trecho na íntegra do parágrafo de introdução,

Durante o século XIX, a vinda Família real ao Brasil trouxe consigo a modernização do país, com a construção de escolas e universidades. Também na época, foi inaugurada a primeira escola voltada para a inclusão social de surdos. Não se vê, entretanto, na sociedade atual, tal valorização educacional relacionada à comunidade surda, posto que os embates que impedem sua evolução tornam-se cada vez mais evidentes. Desse modo, os entraves para a educação de deficientes auditivos denotam um país desestruturado e uma sociedade desenformada sobre sua composição bilíngue. (BRASIL, 2018, p. 43)

Nesse parágrafo, podemos observar como Beatriz se posiciona responsivamente diante dos enunciados da prova de redação, uma vez que ela adere ao discurso sobre a falta de uma educação de surdos de qualidade. Esta adesão também pode ser vista na forma de discurso dissimulado, “Também na época, foi inaugurada a primeira escola voltada para a inclusão social de surdos”, isto é, ela faz uso de um dado presente na coletânea, no texto IV, para respaldar o argumento apresentado, a respeito de uma “modernização”, que em algum momento, contemplou as pessoas surdas.

Ainda sobre esse discurso utilizado por Beatriz, podemos observar a sua reacentuação, no sentido de reelaborar o enunciado para se produzir novos sentidos a partir de seu projeto enunciativo. Isso pode ser constatado na reorganização da informação do texto IV, quando a participante se posiciona ao afirmar: “inclusão social de surdos”, o que denota a forma como Beatriz compreende o surgimento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), há uma valoração no sentido de enxergar a instituição, naquele momento, com o fim de incluir as pessoas surdas.

Sobre o INES, Góes e Campos argumentam:

Em 1855 o professor surdo francês H Ernest Huet, com a experiência de mestrado e diversos cursos em Paris, chega ao Brasil sobre o beneplácito do imperador Dom Pedro II, com a intenção de fundar uma escola para pessoas surdas e instruí-las por meio da LSF. Contou com o apoio do imperador para fundar a escola de surdos no Rio de Janeiro em 1857, o INES, criado pela Lei nº 939 de 26 de setembro de 1857. (GÓES E CAMPOS, 2014, p. 69)

A partir desse excerto, constatamos como o viés da inclusão ainda está distante desse período, embora houvesse alguma preocupação em integrar as pessoas surdas em um Instituto para uma educação em consonância com suas especificidades. Ademais, esta já era uma lógica em vigência no mundo, pois o professor Huet foi diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Paris, na França. Em função disso, a Língua de Sinais Francesa (LSF) exerce influência significativa na Libras. O Instituto, a princípio, recebeu apenas meninos, embora depois tenha ocorrido a abertura para receber meninas, e estava destinado a oferecer instrução literária e ensino profissionalizante. Como apontam Reis e Morais (2020), a princípio, era adotado o uso da língua de sinais, apesar de seguir a tendência mundial de optar pelo oralismo.

Podemos constatar como dois discursos estão presentes no parágrafo elaborado pela autora, uma vez que, ao se referir à comunidade surda, há a adoção de uma concepção de pessoa surda não direcionada ao viés da medicina, pelo contrário, defende a perspectiva dos estudos surdos, os quais compreendem a pessoa surda como sujeito, sendo caracterizado pela questão da diferença. Sobre o termo comunidade surda, Campello (2014, p. 96) menciona: “[...] não é só de sujeitos Surdos, há também sujeitos não-Surdos – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros – que participam e compartilham os mesmos interesses em uma determinada localização”.

Desse modo, falar de comunidade surda é assumir um posicionamento ideológico entre surdos e não-surdos, visto que este termo diz respeito a perspectiva socioantropológica da pessoa surda (ABREU, 2020), sendo concebida pela lógica da diferença linguística e cultural. Esse termo é constituído de processos sociais por meio da Libras, considerada a língua de socialização, ou seja, o protagonismo é deslocado da língua oral para a língua das comunidades surdas (Línguas de Sinais).

Já acerca do outro termo, “deficientes auditivos”, há um outro elo enunciativo, pois reverbera a memória de um discurso científico, principalmente o da medicina, o qual exerceu fortíssima influência na educação de surdos ao longo da história. Em razão disso, acentuou-se a interferência do oralismo no campo educacional de surdos, com destaque para a incorporação de algumas técnicas terapêuticas com o fim de propiciar à criança surda o desenvolvimento da língua oral.

Assim, o sujeito surdo “[...] é apresentado como deficiente, e não diferente; funciona como depositário de todos os males, como portador das ‘falhas’ sociais” (CAMPOS, 2014, p. 45-46). Logo, constatamos que a utilização desse termo foi constituída por um discurso de inferioridade, pois a centralidade estava na audição. Desta forma, a pessoa surda era considerada a partir da compreensão daquele que não tem audição ou não possui a audição “ideal”, por isso, compreendido por sua ausência, como um corpo defeituoso. Quando se pensa em deficiente auditivo, pressupomos o predomínio de um resquício opressor na história da educação de surdos: a filosofia do oralismo na educação.

O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva. Assim, Silva e Dorziat (2020) apontam que:

A educação de surdos sempre esteve envolta em controvérsias. Há anos, independente da abordagem adotada ou do local indicado para a realização do ensino, os processos educacionais têm sofrido as consequências de uma concepção colonialista de ser humano. A meta tem sido adequar as pessoas surdas ao sistema educacional em vigor, normalizando-as. (SILVA; DORZIAT, 2020, p. 2)

Compreendermos como essa dicotomia é importante na forma como se entende a pessoa surda, pois ocorre a transição por diferentes abordagens: a primeira é a égide da perspectiva clínico-patológica, resultante de uma visão deturpada e colonizadora de um sujeito olhado pela ausência, portanto, um corpo com defeito; já a segunda, oriunda de uma postura responsiva das comunidades surdas frente a uma suposta ideia de normalidade, que abarcava apenas os ouvintes. Em razão disso, desloca-se o entendimento sobre a surdez, agora apoiado no viés da diferença de linha socioantropológica.

Observamos a oscilação terminológica e discursiva no parágrafo de introdução, pois em um primeiro momento, há a utilização do termo “surdos”. Adiante, ela menciona outro termo: “deficientes auditivos”. Com essa oscilação, há a presença de um embate de vozes, visto que os termos “surdos” e “deficientes auditivos” apontam para dois posicionamentos ideológicos distintos, embora ela tenha apresentado, a princípio, como sinônimos.

No primeiro momento, a tônica do discurso é a “modernização” e sua contribuição ao país, ao ponto de contemplar as pessoas surdas. Nesse sentido, podemos constatar que a construção da escola para surdos esteve de acordo com a “modernização” e a vinda da família real ao país. A partir disso, a relação de subordinação presente na organização do período, com destaque para o “também”, disposto como uma conjunção aditiva, responsável por fazer o encadeamento das orações.

Já no segundo momento, Beatriz fala mais das dificuldades apresentadas pela sociedade para a inclusão dos surdos na educação e como isto demonstra um país desestruturado. Isso pode ser justificado pela necessidade de um posicionamento mais incisivo. Inclusive, ela finaliza o parágrafo com duas afirmações que apontam o percurso a ser desenvolvido, ou seja, uma forma de diálogo com o interlocutor: o docente avaliador. Além disso, ela indica um aspecto estilístico da autoria, pois assume um posicionamento ideológico de âmbito mais geral ao se remeter à sociedade e a um caráter mais específico, pela conjunção aditiva “e”, bem como ao citar a “composição bilíngue”. Assim, visualizamos a relação da temática em questão com o horizonte social da autora e a sua inserção na comunidade surda. Nesse sentido, podemos compreender como a conjunção demarca o diálogo de dois centros de valores: o descaso da sociedade com os surdos e a sensibilidade de alguém inserida na causa.

Diante disso, podemos perceber que os termos (“surdos” e “deficientes auditivos”), embora tenham sido colocados no texto como sinônimos, estão perpassados por um viés ideológico, no sentido de estarem de acordo com o discurso apresentado. Isso aponta para a bivocalidade, conforme Bakhtin (2015), os horizontes linguísticos estão demarcados de forma verbo-ideológica pelos termos e a inserção criteriosa nos períodos. Com isso, há uma estratificação na linguagem com o fim de apontar para o projeto enunciativo da autora: a retomada de uma memória para compreender as tensões na atualidade. Por isso, constatamos os termos ordenados por determinadas estruturas no plano da linguagem e como estes enunciados materializam heterodiscursos.

Ainda que a intenção discursiva de Beatriz seja outra, os termos, constituídos de um conteúdo sócio-histórico, produzem ressonâncias no texto, e isto indica um ponto importante da autoria: “Não acreditei, comecei a estudar Libras há dois anos, para me comunicar com uma amiga surda” (MADEIRO, 2018). Observarmos, o fato de já haver um trânsito de Beatriz na comunidade surda por um período considerável, nos faz pensar que ela já desenvolveu a compreensão sobre a dicotomia surdo *versus* deficiente auditivo. Com isso, os termos apontam para a refração de uma ideologia, isto é, a vinculação do termo “surdo” a “evolução”; e “deficiente auditivo” aos “entraves”. Assim, compreendemos o posicionamento responsivo da autora em aderir aos discursos das comunidades surdas. Ela já desenvolve, como vimos, um afastamento de um termo e outro a partir de horizontes linguístico-ideologicamente delimitados.

Sobre o parágrafo de argumentação, especificamente o segundo, esse foi selecionado por apresentar um aspecto interessante sobre a autoria, bem como o posicionamento ideológico assumido por Beatriz. A seguir, o excerto na íntegra,



Além disso, a ignorância social frente a conjuntura bilíngue do país é uma barreira para a capacitação pedagógica do surdo. Hellen Keller – primeira mulher surdo-cega a se formar e tornar-se escritora – definia a tolerância como o maior presente de uma boa educação. O pensamento de Hellen não tem se aplicado a sociedade brasileira, haja vista que não se tem utilizada a educação para que se torne comum ao cidadão a proximidade com os portadores de deficiência auditiva, como aulas e Libras, segunda língua oficial do Brasil. Dessa forma, torna-se evidente o distanciamento causado pela inexperiência dos indivíduos com a mescla que forma o corpo social a que possuem. (BRASIL, 2018, p. 43)

Observamos que a argumentação da autora tem por base uma personalidade marcante na educação de surdos, a escritora e ativista social norte-americana Hellen Keller. A partir disso, podemos visualizar aquela declaração de Beatriz sobre seu vínculo com a comunidade surda, visto que ao usar uma das importantes escritoras do campo temático exigido na prova, ela demonstra compreender a trajetória de luta pela reivindicação por direitos, em especial a autora Hellen Keller, reconhecida por seu ativismo nas causas das pessoas com deficiência, direitos sociais e mulheres, sendo essa compreensão adquirida em diálogo com a comunidade surda. Ademais, a menção por aulas de Libras aponta mais uma vez para a aproximação de Beatriz com a comunidade surda.

Acerca dos termos utilizados, novamente observamos uma divergência no uso de “surdo” e “portadores de deficiência auditiva”, sendo que o segundo, sobretudo, o termo “portador” – tem uma carga sócio-histórica do período da integração –, quando as pessoas com deficiência ainda eram vistas apenas em função da deficiência. Além do que, há uma tensão verbo-valorativa, posto que a autora alterna: ora utiliza um posicionamento com base nos estudos surdos, ora apresenta um outro termo, como foi neste caso, ao situar a pessoa surda como deficiente. Mais uma vez, há a bivocalidade, logo, heterodiscursos.

### 3.2 YASMIN LIMA ROCHA

Yasmin Lima Rocha, de 17 anos, é de Teresina, capital piauiense. Fez a prova do ENEM para tentar ingressar no curso de medicina na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Ela estudava em uma escola particular: o Instituto Dom Barreto, onde teve aulas de redação desde os anos iniciais do ensino médio. Durante este período de preparação para o exame, fez dois cursos de redação, sendo um no primeiro e outro no segundo semestre. Essas informações estão em conformidade com uma fala da própria candidata, em entrevista concedida ao site Uol. A seguir, o parágrafo de introdução da redação:

A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos. Essa tese pode ser comprovada por meio de dados divulgados pelo Inep, os quais apontam que o número de surdos matriculados em instituições de educação básica tem diminuído ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, algo deve ser feito para alterar essa situação, uma vez que milhares de surdos de todo o país têm o seu direito a educação vilipendiado, confrontando, portanto, a Constituição de 1988, que assegura a educação como um direito social de todo o brasileiro. (BRASIL, 2018, p. 41)

Sobre a redação dissertada por Yasmin, assim como a de Beatriz, está disposta em quatro parágrafos: um de introdução, com a exposição da tese: “a formação educacional de surdos encontra uma série de empecilhos”; os dois seguintes, de argumentação em prol do ponto de vista assumido; e, por fim, um último parágrafo com uma intervenção para a temática enunciada na prova, no qual a autora apresenta algumas possibilidades para a situação posta. Além disso, o texto redigido pela autora não tem título.

Podemos constatar como a autora se posiciona diante do enunciado da prova de redação, sendo um posicionamento de adesão, uma vez que ela reitera o discurso trazido pelos textos da coletânea, a ponto de reutilizá-los para construir sua tese. Sobre o diálogo com os textos motivadores, observamos especificamente dois: em um primeiro momento, há a retomada do enunciado principal da proposta de redação, usado para mostrar ao avaliador ou à avaliadora já de imediato a opinião sobre o assunto. Em um segundo momento, para corroborar tal opinião, Yasmin menciona dados a respeito do número de matrículas de pessoas surdas, fornecido pelo INEP.

Em seguida, ela usa um argumento de caráter mais geral, a Constituição Federal de 1988, a o fim de demonstrar a educação como um direito previsto no plano legal e, assim, encerrar o parágrafo já com uma indicação para o interlocutor, o avaliador ou avaliadora, sobre o percurso a ser desenvolvido no restante do texto. Com relação ao uso do discurso de outrem, temos um hibridismo, que consiste em dizer a partir do já dito com uma nova roupagem, como é o caso da recuperação do enunciado de entrada do parágrafo: “A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos”, bem como aparece na prova: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”.

A partir disso, visualizamos uma marca que já indica para o estilo da autoria, pois Yasmin opta por se posicionar de imediato, deixando explícita sua tese, e responde com base no que foi proposto na prova, inclusive, com alguns elementos semânticos objetivos como é o caso de “formação educacional de surdos”. Isso aponta, conforme Bakhtin (2015), para um hibridismo, posto que ela construiu sua palavra, enunciado, envolvido pelo enunciado alheio, de outrem: da prova de redação, do INEP. Embora tenhamos a mesma marca, a autora faz o acréscimo de um verbo de ligação para mostrar ao leitor o estado atual da educação de surdos no país, uma valoração. No segundo caso, há uma reelaboração da informação apresentada, apesar de manter um eco do enunciado da prova. Esse primeiro excerto já mostra como há uma palavra reinserida discursivamente, portanto, com uma outra ideologia a ser expressa, a partir do horizonte socioideológico de Yasmin.

No que tange ao uso de termos para se referir ao segmento social em questão na prova, há o uso de um apenas: surdo. Esse termo é acionado três vezes. Já com relação à historicidade do termo surdo, pontuamos que seu vínculo se encontra atrelado a uma das filosofias educacionais presentes na história da educação de surdos, o bilinguismo. Cabe à educação de surdos ser bilíngue, uma vez que para ser incluído no contexto escolar o surdo necessita aprender os conteúdos tendo a Libras como língua de ensino.

Neste sentido, “[...] os alunos surdos precisam ser incluídos em ambientes bilíngues, no qual circulem a Libras e a Língua Portuguesa e isso não pode ser alcançado se o aluno surdo não tiver pares e educadores competentes em Libras para se relacionarem com ele” (LACERDA; GRÁCIA; JARQUE, 2020, p. 302). Por isso, a perspectiva bilíngue é um dos pontos de debates mais relevantes na educação de estudantes surdos.

A perspectiva do bilinguismo é como um rompimento com anos de imposição do oralismo, uma vez que apresenta o reconhecimento da língua de sinais seguindo pela linha da língua, da cultura, o que compreende a separação da pessoa surda da conceituação de deficiência, dado que esta pessoa surda é vista como parte de uma comunidade com uma particularidade linguístico-cultural. Assim, há um posicionamento ideológico assumido por Yasmin ao utilizar o termo “surdo”, ou seja, ela compreende a pessoa surda não pelo discurso médico, mas por um discurso socioantropológico, conforme o exposto na introdução.

No entanto, há uma fala de Yasmin que direciona para o uso da designação indicando outro aspecto, o do desconhecimento da temática. Em entrevista ao portal de notícias Uol, ela diz: “Nunca tinha lido nada sobre o tema, nunca tinha feito redação, pesquisa, nada sobre deficiência” (TENENTE, 2018). Com isso, compreendemos como ela representa a pessoa surda, enquanto deficiente, o que provoca uma tensão, pois no texto o uso do termo “surdo” indica uma aproximação com a quebra deste discurso ancorado no paradigma da normalidade. Também podemos entender o uso dos textos da coletânea como estratégico, dado que Yasmin não tinha arcabouço sobre o tema, e isto ela mesma disse no trecho da entrevista.

Com base em Bakhtin (2015), constatamos o que o autor mencionou como “falar não direto”, isto é, ela fala usando o discurso de outrem, que neste caso, são os dados da coletânea. Dessa maneira, os enunciados da prova são deslocados para constituírem um posicionamento ideológico: o de Yasmin. Para Bakhtin, “[...] A consciência do autor é a consciência da consciência, isto é, a consciência que abrange a consciência e o mundo da personagem [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 11).

Por isso, compreendemos como a estratégia usada pela candidata consiste nessa mesma relação autor-personagem, posto que os textos motivadores, embora expressem uma ideologia, esta é reelaborada a partir do posicionamento ideológico assumido pela autoria, a instância organizadora. Ainda que o termo surdo reverbere na redação um discurso dissociado da ótica clínica, a consciência de Yasmin determina a consciência macro do texto, sendo assim, o produto recebe o acabamento esboçado por ela, logo, constatamos a bivocalidade: o uso de um termo com uma carga ideológica específica na história da educação de surdos em

contraste com o posicionamento assumido pela autora, que como vimos, enxerga o surdo pelo viés da deficiência. A partir disso, visualizamos o heterodiscurso: a colisão de dois posicionamentos ideológicos contrários concretizados na materialidade textual.

Ainda na introdução desenvolvida por Yasmin, no que se refere a forma linguística, também observamos o uso do período composto por subordinação, com o uso do pronome demonstrativo “essa” como um elemento articulador, o qual realiza uma retomada do enunciado anterior, a tese, e justificando a partir do dado do INEP, sobre as matrículas de pessoas surdas na educação básica. Adiante, há o uso do termo “Nesse sentido”, novamente, recuperando o que foi expresso, o decréscimo nas matrículas, e o pronome demonstrativo “esse” apontando as dificuldades encontradas na formação educacional dos surdos, seguida da locução conjuntiva “uma vez que”, para mostrar a relação de causa. Destacamos o uso de pronomes e de conjunções como elementos verbo-ideológicos na articulação do posicionamento de Yasmin.

Já sobre o parágrafo de argumentação, escolhemos o primeiro, por apresentar mais explicitamente o posicionamento da autora, em consonância com o que ela disse na entrevista ao site Uol (TENENTE, 2018). A seguir, o parágrafo na íntegra:

Em primeira análise, o descaso estatal com a formação educacional de deficientes auditivos mostra-se como um dos desafios à consolidação dessa formação. Isso porque poucos recursos destinados pelo Estado à construção de escolas especializadas na educação de pessoas surdas, bem como a capacitação de profissionais para atenderem às necessidades especiais desses alunos. Ademais, poucas escolas são adeptas do uso de Libras, segunda língua oficial do Brasil, a qual é primordial para a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino. Dessa forma, a negligência do Estado, ao investir minimamente na educação de pessoas especiais, dificulta a universalização desse direito social tão importante. (BRASIL, 2018, p. 41)

Com relação às tensões apresentadas, há a presença de um discurso contrário à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI) em vigência, isto é, as escolas especializadas não são mais priorizadas, visto que estas foram construídas em outro momento histórico, ainda sob a lógica da reabilitação e segregação do aluno com deficiência. Esse discurso remonta a Política Nacional de Educação Especial (PNEE), de 1994, quando ainda reverberava o discurso da pessoa com deficiência com foco na deficiência, um olhar do ponto de vista biológico. Como consta no documento, a escola especial tinha por função: “[...] prestar atendimento psicopedagógico a educandos portadores de deficiências e condutas típicas [...]” (PNEE, 1994, p. 20). Nesse momento, a educação especial ainda estava aliada às amarras do discurso clínico, tendo a escola especial um teor normativo.

Destacamos um trecho, o qual estabelece uma relação dialógica direta com a PNEE (1994): “[...] a capacitação de profissionais para atenderem às necessidades especiais desses alunos”, com ênfase no verbo utilizado, “atender”. Esse verbo tem uma carga socioideológica, pois remete ao período da integração, termo utilizado pela PNEE (1994), quando a pessoas com deficiência tinham uma educação mesclada por processos terapêuticos, sendo o uso do verbo um elemento que caracteriza o viés ideológico de uma educação pautada no discurso médico. Embora ainda haja o termo na PNEEPEI (2008) com um conteúdo reformulado, ressaltamos a permanência do verbo e do próprio Atendimento Educacional Especializado, como um resquício desse momento de segregação. Além do que, o próprio uso do termo “necessidades especiais” já refrata esse momento da integração.

Em contraste, há a menção da necessidade da Libras, o que indica uma tensão, porque no documento da PNEE (1994), ainda não considerava esta como língua das comunidades surdas do país, outrossim, o documento estava pautado por um olhar patológico sobre a pessoa surda, visto que a compreendia por um discurso médico, como podemos ver a seguir: “Os alunos portadores de deficiência auditiva necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para correção e desenvolvimento da fala e da linguagem [...]” (PNEE, 1994, p. 14). Com isso, observamos dois discursos opostos no mesmo parágrafo usado pela autora: a lógica da segregação e integração, com base no viés médico; e o discurso pelo uso da Libras, assentado em uma concepção socioantropológica da pessoa surda, o rompimento do estigma da deficiência auditiva. Assim, há, mais uma vez, a bivocalidade, logo, o heterodiscurso na argumentação da autora.

Com relação aos termos utilizados, podemos encontrar uma oscilação: “deficientes auditivos”, “pessoas surdas”, “surdos” e “pessoas especiais”. Apesar de, a princípio, essas designações serem usadas como sinônimos, observamos que estas produzem ecos, de diferentes vozes sociais no texto: o discurso da pessoa surda como um deficiente, o reconhecimento político cultural da surdez e a recuperação de um discurso paternalista, o qual colocava a pessoa com deficiência em uma posição de coitada.

Como podemos enxergar, o intuito de Yasmin não era evidenciar todos esses pontos de vista, se pensarmos que ela seguiu o que foi explicitado pela prova. Porém, como vimos em sua fala ao site Uol, a compreensão dela é pautada pela relação surdez-deficiência, portanto, a utilização do termo “surdo” está tensionada, pois, ainda que reverbere um sentido, a autora o menciona por considerar uma ideologia distinta. A intenção discursiva de Yasmin posiciona o termo a partir de sua compreensão, com base em sua cadeia enunciativa, logo, em outro sentido.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar os posicionamentos ideológicos acerca das pessoas surdas nas redações nota mil do ENEM, 2017, o qual teve como tema “Desafios para a promoção educacional de surdos no Brasil”. Dele desdobram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar os posicionamentos ideológicos sobre a pessoa surda materializados nas marcas linguístico-discursivas nos textos e b) caracterizar o discurso de outrem, o qual compõe a argumentação em prol da formação educacional de surdos, redigida pelos estudantes.

Beatriz se posiciona pela perspectiva dos estudos surdos e, seguindo a linha bakhtiniana, temos a presença de enunciados compartilhados por um grupo, neste caso, a comunidade surda, a qual ela apoia. Entretanto, a utilização de alguns termos reverbera um discurso clínico-patológico. Portanto, observamos determinados termos, até em desuso, sendo reacentuados no plano do sentido, embora estes apresentem relações dialógicas com perspectivas diversas. Com o embate, mobilizado pela menção de algumas designações, compreendemos a bivalocidade como um traço marcante no texto.

Com relação a Yasmin, embora faça uso de, a princípio, uma perspectiva da surdez pautada pela diferença linguístico-cultural, se sobressai uma voz no texto: a perspectiva da pessoa surda enquanto deficiente. Isto pode ser comprovado pela entrevista da autora ao portal de notícias, quando ela justifica seu desconhecimento para com a temática e mostra sua compreensão de surdez como deficiência, seguindo o senso comum cristalizado na sociedade, de um imaginário da pessoa surda como incapaz. Com isso, a oscilação terminológica, assim como a menção das escolas especializadas, aponta para uma compreensão tensa sobre a pessoa surda, portanto, há bivalocidade.

Ambos os textos são compostos por tensões, há heterodiscursos, inclusive, com semelhanças, uma vez que a alternância pelas mesmas perspectivas aparece nos textos das duas. Contudo, é possível concluir que a relação de Beatriz com a temática utilizada propicia uma compreensão mais pormenorizada no que concerne à dicotomia surdo *versus* deficiente, bem como a importância do INES para a educação de surdos, por isso, sua menção. Enquanto Yasmin, por desconhecer o tema, demonstra seu distanciamento ao usar dois discursos dissonantes: na introdução a perspectiva da diferença e na argumentação, a perspectiva da deficiência. Seja na introdução, seja no parágrafo argumentativo, a proximidade com o tema é materializada nos textos e demarca o caráter singular das duas autoras (candidatas).

#### REFERÊNCIAS

ABREU, M. C. B. F. de. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. *Obutchénie - Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, 4(3), p. 711–734, 2020.

BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 6-20.

BAKHTIN, M. *Teoria do romance I: A estilística*. Tradução: Paulo Bezerra. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 2015, p. 79-122.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 abr.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*: livro 1. Brasília: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <https://inclusaoja.files.wordpress.com/2019/09/polc3adtica-nacional-de-educacao-especial-1994.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. *Lei 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. *Redação no ENEM 2018*: Cartilha do participante. ENEM 20 anos. Brasília: MEC/INEP, 2018. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/guia\\_participante/2018/manual\\_de\\_redacao\\_do\\_enem\\_2018.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf). Acesso em: 22 out.2020.

BRASIL. *ENEM histórico*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/enem/historico>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin*: outros conceitos chave. 2. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2016. p. 9-30.

CAMPELLO, A. R. Língua de sinais brasileira na trajetória do povo e comunidade surda. In: ANDREIS-WITKOSKI, Silvia; FILIETAZ, Marta Rejane Proença (orgs.). *Educação de surdos em debate*. 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2014, p. 93-102.

CAMPOS, M. de L. I. L. Educação Inclusiva para surdos e as políticas vigentes. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 37-61.

LACERDA, C. B. F de; GRÁCIA, Marta; JARQUE, Maria Josep. Línguas de Sinais como línguas de interlocução: o lugar das atividades comunicativas no contexto escolar. *Rev. Bras. Ed. Esp.* Bauru, v.26, n. 2, p. 299-312, abr-jun, 2020.

MADEIRO, C. *ENEM*: piauiense aposta em treinos e supera dificuldade em redação para tirar nota mil. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2018/01/18/com-muito-treino-e-lazer-estudante-supera-dificuldade-em-redacoes-para-tirar-nota-mil-no-enem.htm>. Acesso em: 30 out. 2020.

MATOS, V. *Veja o manual do MEC sobre a correção da redação do ENEM 2012*. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/07/veja-o-manual-do-mec-sobre-correcao-da-redacao-do-enem-2012.html>. Acesso em: 20 out. 2020.

GÓES, A. M.; CAMPOS, M. de L. I. L. C. Aspectos da Gramática da Libras. In: LACERDA, C. B. F; SANTOS, L. F. *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 65-80.

REIS, M. B. de F.; MORAIS, I. C. V. de. Inclusão dos surdos no Brasil: do oralismo ao bilinguismo. *Revista UFG*, Goiânia, v. 20, n. 26, p. 2-31, 2020.

SILVA, F. U. da; DORZIAT, A. Surdos que se constroem surdos: O despontar de um movimento linguístico-cultural. *Revista Educação Unisinos*, v. 24, p. 1-19, 2020.

TENENTE, L. Ex-aluna de escola pública tira nota mil na redação do ENEM e passa em medicina na UFRJ: 'filha de pobre também pode ser médica'. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/ex-aluna-de-escola-publica-tira-nota-mil-na-redacao-do-enem-e-passa-em-medicina-na-ufrj-filha-de-pobre-tambem-pode-ser-medica.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2020.



Recebido em 23/05/2022. Aceito em 09/08/2022.